

do Plano Municipal de Saneamento Básico, visto que é uma questão muito importante para a Cidade de Maricá. Um segundo ponto a ser discutido foi o Plano de Gestão de Resíduo Sólido, que necessita ser revisado conforme citado no Plano Diretor. Assim como a elaboração de outros planos, bem como o Plano Diretor de Drenagem Urbana e Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil, em virtude do aumento populacional na Cidade. Em decorrência deste crescimento, questionou-se referente a poluição sonora na cidade, o que tem ocasionado transtornos auditivos para a população local e principalmente para as pessoas com autismo e demais deficiências. Porquanto, a Câmara técnica indicou averiguar a lei e o órgão responsável por fiscalizar e regularizar a utilização dos sons no Município. Para finalizar, a câmara técnica deliberou a criação de uma Moção de Apoio ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMAM), em relação ao Convênio que está sendo renovado entre o INEA e a Prefeitura. Em virtude, do favorecimento e inclusão da participação dos usuários e da sociedade civil interessada, através dos fóruns institucionais, prioritariamente o CMAM, bem como o Subcomitê do Sistema Lagunar Maricá-Guarapina nos projetos e decisões de Engenharia dos Recursos Hídricos. Visto que, a renovação de contrato ocorrida em 28 de janeiro de 2023 teve uma das cláusulas retirada, na qual se refere a participação social. Por unanimidade, a Moção de Apoio ao CMAM foi aprovada pelos conselheiros em prol da Câmara técnica de Habitação, Saneamento e Meio Ambiente.

Na segunda Câmara Técnica de Trânsito, Transporte, Mobilidade Urbana e Alinhamentos Viários coordenado pela Sra. Lu'z Marina e pela relatora Sra. Carla Nunes, foram apresentadas os seguintes encaminhamentos, sendo um dos primeiros pontos o fortalecimento das Secretarias junto ao Governo, no que se refere a execução, colaboração do Plano de Mobilidade e domínio do Alinhamento Viário. Tendo como ação principal do grupo, a realização de uma reunião com os dois diretores de obras diretas e indiretas da Autarquia de Serviços e Obras de Maricá, com a finalidade de cobrar dos gestores a presença de técnicos no Plano de Alinhamento e Mobilidade, assim como o rigor na fiscalização da execução de calçadas, cicloviárias e ciclo faixas. De acordo com o Programa Maricá Acessível, um decreto de 2017, que regulamenta e institui especificações sobre o passeio público e acessibilidade, sendo o Manual de Calçadas um instrumento importantíssimo nessa construção. Porquanto, a Câmara Técnica com base na 7ª Conferência da Cidade, analisou diversas reclamações sobre a qualidade de execução das calçadas, ciclovia e ciclo faixas. Em razão das reclamações mencionadas, a Câmara Técnica optou em buscar junto a SOMAR, ações pertinentes que resulte na solução desses problemas.

Ao finalizar a segunda relatoria, o Secretário Executivo Will Robson Coelho complementou reforçando as ações do Setor de Planejamento Urbano e Gestão da Cidade através do Plano de Mobilidade, e o fortalecimento das Câmaras Técnicas do ConCidade com a participação de técnicos, como a Arquiteta Urbanista Mônica Maria Campos, responsável pelo Plano de Mobilidade Urbana em andamento, assim como a Arquiteta Ana Claudia Garcia, do Maricá Acessível e Urbanista por um dia, além de outros participantes das Secretarias de Engenharia Viária, Transporte e Empresa Pública de Transporte. Aproveitando o presente momento, informou aos convidados sobre as oficinas do Plano de Mobilidade que vão ocorrer e a respeito da consulta 'on line' pública que está aberta durante a semana, convidando o público presente para contribuir nessas atividades. A Sra. Fátima Casarim aproveitou para falar a respeito das bicicletas, reforçando a participação daqueles que possam identificar os pontos que faltam integração de ciclo faixas ou cicloviárias, e possíveis locais com ocorrência de acidentes. No discurso da participante citou-se sobre as cidades com ciclo turismo no Estado do Rio de Janeiro, e a grande oportunidade da Cidade de Maricá em crescer com as bicicletas de ecoturismo. De certo, a inserção de uma faixa ciclo turística no Município resultará numa enorme economia, embora Maricá já possua essa característica em relação a utilização de bicicletas para locomoção. O Sr. Roberto Cassiano morador de São José de Imbassaí, mencionou sobre a realização de oficinas na FLIM em razão das calçadas, com a utilização de blocos para melhor orientar a população. Tendo citado a evolução da Cidade de Maricá nestes últimos anos e exposto a enorme dificuldade que há na padronização de calçadas, isso em decorrência das construções do passado. Considerando a péssima execução desses serviços pela Companhia de Obras e Serviços de Maricá, sem a parte técnica das medidas de padrão internacional. A Conselheira Carla Nunes replicou a fala do participante, esclarecendo sobre a lei federal de acessibilidade como a Norma Brasileira de Acessibilidade (NBR9050) e o Decreto do Manual de Calçada Acessível do Município de Maricá, como instrumentos para a execução desses serviços. Em sequência, a terceira Câmara Técnica de Planejamento e Ges-

tão do Solo Urbano coordenado pelo Sr. Bruno Marins e tendo como relator o Sr. Vinicius Moro comunicou os encaminhamentos do grupo. Na relatoria feita pelo Conselheiro Bruno Marins, a Câmara técnica deu enfoque na Revisão da Legislação Urbana, e principalmente sobre a tramitação e aprovação do Plano Diretor, que a partir dele será revisado o Código de Obras e Lei de Ocupação do Solo. Desde o ano de 2021 um texto prévio do Código de Obras vem sendo revisado internamente com a contribuição de algumas Secretarias afins ao tema e será submetido ao Conselho da Cidade quando estiver em um estágio mais avançado de elaboração. A Lei de Uso de Ocupação do Solo é uma legislação mais complexa do que o Código de Obras e por essa razão, demanda de um maior apoio para sua revisão, que será iniciada somente após aprovação da Lei do Plano Diretor, através de contratação de uma Assessoria Técnica para o suporte necessário aos trabalhos. A Sra. Fatima Casarim indicou a solicitação de uma audiência com a Câmara de Vereadores, e o Sr. Roberto Cassiano comentou sobre criar uma pequena comissão para buscar junto a Câmara uma resposta. Entre as ações citadas e aprovada pelo público participante, uma delas foi entrar em contato com os Vereadores de seus bairros, assim como mobilizar as entidades sociais para estarem presentes na reunião extraordinária sobre o assunto. Com a votação do público, por unanimidade ficou definida a 2ª Reunião Extraordinária do ConCidade, com a temática Plano Diretor para a segunda quinzena de abril, a ser realizada na Câmara dos Vereadores.

Na penúltima Câmara Técnica de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, coordenado pelo conselheiro Jaildo e pela relatora Lu'z Marina, foram divulgados os encaminhamentos do grupo. Na ausência dos representantes acima citados, a Sra. Vanessa Malaquias integrante da câmara técnica informou sobre os informes das reuniões. Em primeiro, citou o aumento da população, e a necessidade da construção de creches para atender as famílias. No segundo questionamento, foi mencionado sobre o SAREM e a Casa do Autista, em relação ao quantitativo de crianças atendidas, e a expansão desses atendimentos, pois há uma enorme necessidade por parte da população. E por último a conselheira indicou a definição de critérios para analisar, aprovar e acompanhar projetos voltados para o empreendedorismo, assim como a criação de um programa de treinamentos técnicos da área de turismo e a criação de projetos, apoio financeiro a população afetada pelas chuvas e enchentes. Nesta última apresentação da câmara técnica de Projetos especiais, coordenado pelo Sr. Horácio Figueiredo e pela relatora Carla Nunes, foram relatados os problemas referentes a Empresa Enel, onde propuseram cobrar uma posição da mesma diante dos constantes infortúnios. Em decorrência da semana do carnaval, onde parte da população foi afetada com a falta de energia, acarretando perdas e prejuízos nas residências e comércios. Um dos levantamentos expostos pelos conselheiros foi em razão da poluição visual dos postes na Cidade, sendo definido por eles um emaranhado de fios, o que afeta e põem em risco a população que passa no entorno, residências e comércios locais. Embora, a Companhia de energia Enel é quem dá a concessão as prestadoras de telefonia e demais serviços para uso dos postes, a empresa tem por obrigação manter a organização e supervisionar as novas instalações de fios. Além disso, a conselheira ressaltou sobre a qualidade das estruturas dos postes, que se encontram pela cidade em péssimas condições, colocando em risco a população que transita nesses locais. A Sra. Fátima Casarim relatou a sua experiência negativa com a Prestadora de Serviço de Energia na Cidade, e comparou a diferença de prestação desse serviço em Minas Gerais, seu Estado de naturalidade. Em sua fala, reforçou as suas reclamações referentes a Companhia Enel, direcionando todos os problemas a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), visto que é a responsável por fiscalizar e regular a distribuição de energia Elétrica no Território Nacional. Por fim, a conselheira Carla Nunes enfatizou um dos problemas citados pelo Secretário de Urbanismo, em relação a prestadora de energia realizar novas ligações de energia com uma simples documentação (CPF, RG), o que facilita essa habitação irregular, sem exigir qualquer liberação de Alvará ou Habite-se por parte da Secretaria de Urbanismo. A participante Fatima Casarim compartilhou com o público sobre a ocorrência de problemas idênticos na Cidade de Nova Friburgo, sendo combatido o problema de invasão das áreas, através da parceria com o Órgão Ambiental, através da sua aprovação.

Ao fim, sintetizando as decisões da ordem do dia, o Conselho da Cidade deliberou nesta Reunião Ordinária a Moção de apoio ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMAM), além da definição da temática Plano Diretor para a 2ª reunião Extraordinária a ser realizada na Câmara de Vereadores, e por último a indicação e preenchimento das vagas no quadro do Conselho da Cidade, referente ao setor de empresário, entidades acadêmicas de pesquisa e movimentos

sociais e moradia.

Depois de fechadas e concluídas as falas finais, sem mais nada a tratar, a 1ª Reunião Ordinária do ConCidade foi encerrada às 16 horas e 30 minutos. A reunião foi pública e teve registro de cerca de 26 participantes, que assinaram a lista de presença, conforme consta em anexo, junto ao Livro de Atas do ConCidade. A Ata foi lavrada e certificada por Will Robson Coelho, Secretário Executivo do ConCidade, Assessor Técnico da SEURB. Assim, certificamos e damos fé pública à presente Ata.

Maricá, 16 março de 2023

Bruno da Costa Marins

Subsecretário de Urbanismo

Suplente do Presidente do ConCidade

ANEXO – I

MOÇÃO | ConCidades - nº 02/2023

Moção de Apoio

Maricá, 16 de março de 2023.

O Conselho da Cidade de Maricá – ConCidade, aqui representado pelo seu Presidente, Sr. Celso Cabral Nunes, vem por meio desta Moção, após reunião da Câmara Técnica (CT 01) - Habitação, Saneamento e Meio Ambiente (Planos e Projetos) realizada em 09 de março de 2023 na Secretaria de Urbanismo de Maricá e, conforme aprovação dos Conselheiros em sua plenária da 1ª Reunião Ordinária do Mandato 2022/2025, ocorrida aos 16 dias de março de 2023, manifestar e apresentar seu apoio à deliberação do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMAM), emitida através do Ofício CMAM nº 17/2023 à Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá - SOMAR e Ofício CMAM nº 16/2023 enviado ao Instituto Estadual do Ambiente, para inclusão de Cláusula em Convênio a ser celebrado entre o INEA/RJ e o Município de Maricá – RJ.

A presente Moção visa incluir no § 4º da Cláusula Primeira do Convênio em comento, a participação dos usuários e da sociedade civil interessada, através dos fóruns institucionais, prioritariamente este Conselho Municipal, bem como o Subcomitê de Bacias Hidrográficas, a qual passará a ter o seguinte teor, conforme proposta do CMAM:

“§4º - Todas as atividades de obras e serviços de engenharia nos corpos hídricos deverão ser desenvolvidas na perspectiva de gestão integrada dos recursos hídricos por bacia hidrográfica, com a participação dos usuários e da sociedade civil interessada através dos fóruns institucionais, prioritariamente o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Maricá/RJ e Subcomitê do Sistema Lagunar Maricá-Guarapina CBH-BG.”

Sendo assim, fica aprovado o envio da presente Moção favorável à participação dos usuários e da sociedade civil interessada, através dos fóruns institucionais, prioritariamente o CMAM, bem como o Subcomitê do Sistema Lagunar Maricá-Guarapina CBH-BG no Convênio CONVÊNIO N.º XX/2023, celebrado entre o INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA e o MUNICÍPIO DE MARICÁ, para a delegação de competências ao Município para administrar, operar e manter os corpos hídricos localizados integralmente no território do Município e para promover o licenciamento e demais procedimentos de controle ambiental das atividades de obras e serviços de engenharia nos corpos hídricos acima mencionados, nos termos da Lei Complementar nº 140/2011.

Maricá, 16 de março de 2023.

Atenciosamente,

Bruno da Costa Marins

Subsecretário de Urbanismo

Suplente do Presidente do ConCidade

#### ATA - 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (2023) DO CONCIDADE

Abertura: Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e três, às quatorze horas e 25 minutos, na Câmara Municipal de Maricá, localizado na Avenida Nossa Senhora do Amparo, 57 – Centro de Maricá realizou-se a segunda Reunião Extraordinária do ConCidade, para apresentação do processo de elaboração e estruturação do projeto de lei do Plano Diretor aos Vereadores e à população. O Plano Diretor é um documento de suma e fundamental importância para o Planejamento da Cidade, e atualmente se encontra em tramitação na Casa Legislativa.

Conselheiros presentes:

- Cristiane Dutra (Titular), do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Maricá – SINDSERV;

- Jaildo de Souza Santos (Titular), da Federação das Associações de Moradores de Maricá - FAMMAR;

- Luz' Marina de Souza (titular), da Associação de Moradores do Condado;

- Milton Cabral Abrahão (Titular), da União das Associações de Moradores de

**Maricá - UAMM;**

- Maria José Cavalcante (Suplente), da Associação de Moradores e Amigos de Cordeirinho - AMAC;

- Bruno da Costa Marins (Suplente), da Secretaria de Urbanismo - SEURB;

- Carla Nunes Santos (Suplente), da Autarquia de Serviços de Obras de

**Maricá - SOMAR;**

- Leci das Graças Alberti (Titular), da Secretaria de Participação Popular, Direito Humano e Mulher;

- Horácio da Silva Figueiredo Junior (Suplente), da Companhia de Saneamento de Maricá - SANEMAR;

- Marcela Costa Ribeiro Correa Pitote (Titular), da Secretaria de Habitação e Assentamentos Humanos;

A reunião teve início com a verificação do quórum mínimo de Conselheiros, onde foi convidado pelo Secretário Executivo Will Robson Coelho, o Subsecretário de Urbanismo Bruno Marins (SEURB) que, devido à ausência do Sr. Secretário de Urbanismo e Presidente deste Conselho, irá substituí-lo e presidir a presente Reunião. Foram convidados nesse ato, os Vereadores Hadash e Danilo Santos, além dos Conselheiros da Sociedade Civil e Governamental para compor a Plenária da Câmara dos Vereadores.

Inicialmente, o Sr. Will Robson informou acerca do objetivo da segunda Reunião Extraordinária, que tem por finalidade apresentar o histórico da construção participativa do Plano Diretor Urbano de Desenvolvimento Sustentável para Maricá. Em curto relato, discorreu sobre o período de preparação do Plano Diretor que foi concluído no ano anterior, simultaneamente à realização da 7ª Conferência da Cidade, através da qual coordenou-se o processo eleitoral que elegeu o novo Conselho da Cidade de Maricá. Este novo Conselho foi reformulado segundo as orientações da revisão do Plano Diretor, sendo fortalecida a inclusão de novos setores que não faziam parte do ConCidade na área de Gestão, e reestruturada toda a parte da Sociedade Civil durante o processo eleitoral na 7ª Conferência da Cidade.

Em sequência, o Sr. Horácio Figueiredo relembrou a Reunião Extraordinária anterior e repassou os informes sobre o início das obras da ETE de Ponta Negra com 30 quilômetros de rede de esgoto e do lançamento das obras do Jardim Atlântico Leste, de aproximadamente com 108 quilômetros. Após a fala do Conselheiro, o Subsecretário Bruno Marins presidiu a Seção a convite do Sr. Will Robson Coelho, onde externou a importância do Plano Diretor para o desenvolvimento das Políticas Públicas de Maricá, se fazendo necessário um Plano atual com legislações modernas para a evolução da Cidade.

Aberta a oportunidade de fala ao Vereador Danilo Santos, o mesmo enfatizou interesse do Poder Legislativo no Plano Diretor, visto que se trata de um Projeto que vai fundamentar o eixo do futuro desenvolvimento da Cidade, tendo como principal a alocação dos recursos públicos para atender o macro projeto que visa orientar, de modo geral, o que se pretende para o Município.

Repassada a fala ao Vereador Hadash, o mesmo citou que o Plano Diretor tem essa perspectiva de conduzir a Cidade para os próximos anos, entretanto é importante que o Projeto de Lei – Plano Diretor seja enviado ao gabinete dos Vereadores, afim de entender detalhadamente o Plano antes de ser colocado para votação na Câmara.

Dado início a apresentação na Plenária, o Secretário Executivo Will Robson conduziu-a descrevendo o processo construtivo e participativo do Projeto de Lei – Plano Diretor para o Público da Câmara de Vereadores, conforme os slides no documento em anexo. Em seguida, foi convidada a equipe de consultoria do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), no intuito de apresentar o processo de construção e a discussão do Plano Diretor, prestando os esclarecimentos e a elucidação de quaisquer dúvidas. A princípio, o apoio Institucional do IBAM teve como representantes o Sr. Alexandre Santos, Superintendente de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e o Sr. Henrique Barandier, Coordenador Geral de Contrato.

Após finalizada a apresentação do Projeto de Lei – Plano Diretor pelo Apoio Institucional do IBAM, foi aberto ao público o direito de fala na Reunião do ConCidade. O Conselheiro Horácio Figueiredo propôs aos Vereadores presentes em seu discurso, criar uma agenda do Plano Diretor para debate e conhecimento, seja nas Comissões e até mesmo no próprio Plenário. Sendo de suma importância que os Vereadores conheçam e tenham clareza do que está para ser votado, pois o Plano Diretor é um produto que dentro dele existem

diversos subprodutos conectados ao Projeto de Lei. Um exemplo disso é a Lei de Parcelamento e Uso do Solo, Plano de Mobilidade, entre outros Planos e Leis. Ao final da fala, o Sr. Horácio Figueiredo citou a explosão populacional que ocorreu na Cidade desde o ano de 2010 até 2022, onde eram apenas 127 mil habitantes e ano passado a previsão do IBGE foi de aproximadamente 223 mil habitantes. Tendo citado pelo Conselheiro que a Cidade de Maricá cresceu em torno de 100 mil habitantes desde o último censo que ocorreu há exatamente 12 anos. Em decorrência desse crescimento exponencial, é necessário que o Município faça um debate e responda, principalmente, qual a Maricá que queremos para nós. Após a conclusão do Conselheiro, o Sr. Henrique informou que durante a construção do Plano Diretor foram realizados inúmeros debates, onde a projeção foi muito próxima à realidade da Cidade de Maricá. No trabalho desenvolvido pelo IBAM, utilizaram-se dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além do Instituto Darcy Ribeiro, que determinou uma perspectiva de população no entorno de 180 mil a 240 mil habitantes. A exemplo de explosão populacional, citou-se a Cidade de Macaé que, de 40 mil habitantes alcançou em duas décadas um número populacional de 240 mil habitantes, e hoje a favelização chega a ser metade da população Macaense.

Encerrada a apresentação do Projeto de Lei, designou-se a oportunidade da fala ao Vereador Hadash, que se comprometeu conversar com a Presidência da Câmara para ver como será feita a discussão e o envolvimento desse processo na Câmara. Em acordo com o Sr. Hadash, o Sr. Danilo Santos informou que ambos os Vereadores fazem parte da Comissão de Desenvolvimento Econômico, e propôs deixar marcada de imediato uma Reunião ou Audiência, a fim de trazer aos Vereadores essa possibilidade de entender o Plano Diretor antes da votação, conforme proposto pelo Sr. Horácio Figueiredo.

Conforme as solicitações, pela ordem foi dada oportunidade de fala, à Conselheira Sra. Maria José Cavalcante que, primeiramente, agradeceu a presença da Sociedade Civil organizada e Governamental, em especial à Câmara dos Vereadores que acolheu o Conselho da Cidade de Maricá para a apresentação do Plano Diretor. Tendo ressaltado pela conselheira a sugestão do Sr. Horácio Figueiredo, no agendamento de uma reunião com todos os Vereadores, na finalidade de demonstrar o Projeto de Lei – Plano Diretor, que se trata de um documento extenso e de pouco conhecimento, tanto dos Vereadores quanto dos Conselheiros da Cidade. O intuito da Reunião mencionada é de conscientizar os Vereadores sobre a importância do Projeto de Lei e do conhecimento integral do Plano Diretor, para que eles tenham um ponto de partida, seja na revisão e aprovação do Projeto. Logo em seguida, o Conselheiro Milton Abrahão cumprimentou todas as entidades presentes que acompanham o Plano Diretor há muito tempo, e apresentou-se como Conselheiro do ConCidade e representante da União das Associações de Moradores de Maricá. Tendo em seu discurso a sua participação ativa nas oficinas do Plano Diretor e atualmente no Plano de Mobilidade. Em sua relatoria, o Sr. Milton Abrahão pontuou a relevância da presença da Casa Legislativa na formulação do Plano Diretor e a sua interação no acompanhamento dos projetos de Lei aprovados pela Câmara. Tendo questionado sobre a estagnação do Plano Diretor na Casa Legislativa, e aos representantes da Câmara dos Vereadores sobre como legislar em Maricá, em virtude de possuir uma legislação antiga com Leis desatualizadas.

No prosseguimento das aberturas de fala, a Conselheira Sra. Úrsula Brazil enfatizou sobre o Plano Diretor ir além da gestão, pois não se trata apenas de um processo do Governo, mas sim da Cidade. A mesma destacou o Projeto de Lei como um importante instrumento que dá as diretrizes e condiciona o ordenamento da Cidade, visto que o Plano Anterior está ultrapassado, pois a Maricá de 2006 não é a mesma de 2023. No entanto, o Município sem uma diretriz e um ordenamento atualizado pode vir ao colapso, em razão do grande crescimento populacional e da alocação correta de recursos para investimento. A Conselheira reiterou que as ideias e inovações estão surgindo, e cada Gestão está fazendo seus Planos com base no Plano Diretor a ser aprovado, ou baseando-se na diretriz de 2006. Neste momento, alertou que a Cidade está precisando dessas diretrizes com urgência, pois há uma grande demanda, e parte dela já se encontra trabalhando com base no documento atual. Ao concluir o seu discurso, a Conselheira Sra. Úrsula Brazil citou que gostaria que os interesses ao Plano Diretor contagiassem a participação e

engajamento dos demais da Casa Legislativa, visto que os Vereadores são representantes do povo, eleitos por voto de confiança para defender os seus direitos.

Conforme a ordem de registro também dos demais participantes da plenária, o Sr. Misael, apresentando-se como representante da União das Associações de Moradores de Maricá, agradeceu inicialmente a todos os presentes na Casa Legislativa, em especial à Conselheira Suplente do ConCidade e também Secretária da Nova, Sra. Maria José, a qual mobilizou as lideranças para que estivessem presentes. Em seguida, o Sr. Misael finalizou elogiando a participação do Vereador Danilo Santos, que se envolveu nesse Projeto assim como os Conselheiros Milton Abrahão e Luz Marina da Associação de Moradores do Condado. Para finalizar, o Sr. Misael afirmou ter lido na íntegra o Projeto de Lei, e identificou que, através do Plano Diretor, houve uma grande abertura para a área de interesses sociais. Tendo declarado que o Projeto seja aprovado pela Casa Legislativa, pois conforme o Artigo 74 da Lei Municipal Orgânica de Maricá, a Casa de Vereação tem por atribuição a aprovação do Plano Diretor.

Em sequência, A Sra. Maria de Lurdes, Geógrafa e Professora, expressou seu manifesto na Plenária em prol do Movimento Pró-Restinga, existente há mais de 20 anos na Cidade de Maricá. Ao discorrer na Plenária, expressou seu apoio à preservação de área permanente, que se trata da Restinga e Litoral, visto que são áreas frágeis e importantíssimas para a defesa do próprio litoral, onde se encontra área de flora e fauna específicas.

O Conselheiro Valério Silva na sua oportunidade de fala, contemplou o discurso do Sr. Horácio Figueiredo e agradeceu a presença dos Vereadores Danilo Santos e Hadash na Plenária da Câmara. Tendo enfatizado que as Secretarias precisam trabalhar, e ao mesmo tempo o Plano estar pronto. Entretanto, torna-se um desafio para todas as Cidades, não especificamente só para Maricá. Para isso, é necessário a mobilização de forças, para que então, esse tempo não seja tão árduo para o Município.

Seguindo a ordem para as falas, a Sra. Eliza Sesano, Geógrafa e Professora Universitária, expressou o seu apoio ao Movimento Pró-Restinga, em acordo com a Professora Maria de Lurdes, em razão da área de preservação da Restinga e Litoral, que estão estabelecidas pelo Código Florestal como uma área não edificante.

Encerrada a oportunidade de falas ao público e conselheiros presentes, o Secretário Executivo do ConCidade, Will Robson Coelho, convidou o Vereador Danilo Santos e Subsecretário Bruno Marins para responder as questões levantadas pelos participantes. Na oportunidade de fala, o Sr. Danilo Santos agradeceu o convite da Conselheira Maria José, e se comprometeu, junto ao Vereador Hadash, de estabelecer um diálogo com os demais Vereadores para pautar e colocar o Plano Diretor em discussão e tramitação para votação. O Vereador esclareceu que, do ponto formal, os membros da Casa Legislativa só têm conhecimento do Projeto de Lei através da leitura no expediente do dia, tendo assim acesso à cópia para começar a fazer o estudo prévio para votação. Em relação aos empreendimentos e as áreas de Restinga mencionados, o Vereador colocou-se à disposição da Sra. Maria de Lourdes e dos demais apoiadores do Movimento Pró-Restinga para um diálogo em seu Gabinete.

Após o discurso do Vereador, o Subsecretário Bruno Marins agradeceu aos Municipais, Vereadores, representantes do IBAM e Conselheiros pela participação na Reunião do ConCidade. Em poucas palavras, externou sobre o diálogo com a Câmara de Vereadores em proporcionar a aprovação desse Plano, auxiliando na colocação da pauta do Projeto de Lei na Casa Legislativa. E, por fim, ressaltou que o Plano foi construído com bases muito sólidas, com a participação popular solidificada, de Organizações não Governamentais e Organizações Sociais.

Depois de fechadas e concluídas as falas finais, sem mais nada a tratar, a 2ª Reunião Extraordinária do ConCidade foi encerrada às 16 horas e 40 minutos. A Reunião foi Pública e teve registro de cerca de 52 participantes, que assinaram a lista de presença, conforme consta em anexo, junto ao Livro de Atas do ConCidade. A Ata foi lavrada e certificada por Will Robson Coelho, Secretário Executivo do ConCidade, Assessor Técnico da SEURB. Assim, certificamos e damos fé pública à presente Ata.

Maricá, 22 abril de 2023

Bruno da Costa Marins

Subsecretário de Urbanismo

Suplente do Presidente do ConCidade



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE URBANISMO



## ANEXO – I – APRESENTAÇÃO 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (2023) DO CONCIDADE

2ª Reunião Extraordinária



Tema :

O processo de  
Revisão do

**Plano Diretor de Maricá,  
2020/2021**

Projeto de Lei do Poder Executivo  
**VERSÃO FINAL**  
Apresentada a Câmara Legislativa  
em maio/2022

Data 2ª Reunião ConCidade: Quinta-feira, 20 de abril 2023  
Horário: 14h até 16h30min  
Local: Câmara Municipal de Maricá  
Situado na Av. Nossa Senhora Amparo 57- Centro de Maricá.



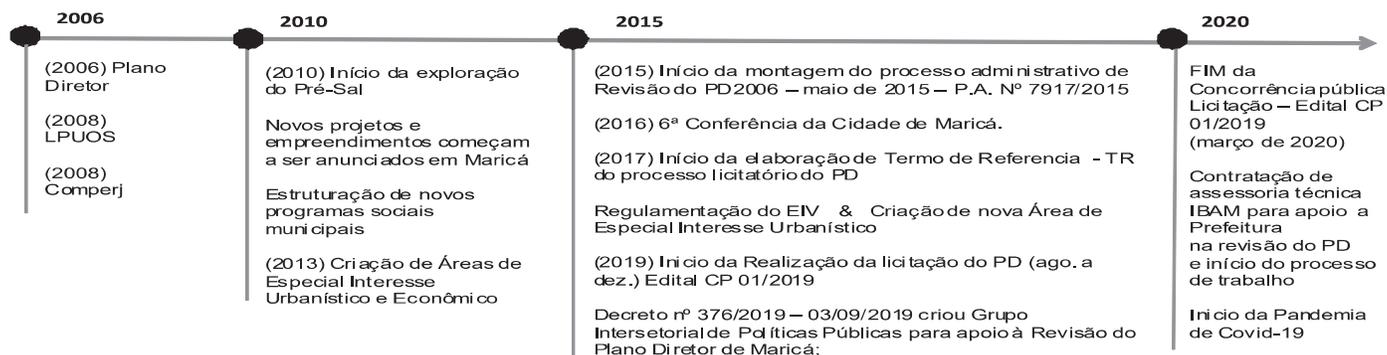
Realização:



Apoio:

### CRONOLOGIA

Etapas Anteriores – Contextos



(Fonte: Portal da Transparência de Maricá e Finbra, 2020)

### Maricá: Receitas Orçamentárias Totais (em R\$ milhares)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Receitas Totais	263.889	464.619	502.964	599.320	769.073	925.904	974.099	1.596.276	2.581.020





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE URBANISMO



## Gestão e Gerenciamento do TRABALHO de REVISÃO – inicial - anos 2019/2020



A Prefeitura Municipal é a principal responsável. Em Maricá, a coordenação dos trabalhos está a cargo de um **Grupo Executivo** presidido pelo Secretário Municipal de Urbanismo

Como o Plano Diretor envolve diversos temas, foi criado também o **Grupo Intersetorial**, do qual participam técnicos de quase todas as secretarias municipais.

O **Conselho Municipal da Cidade** tem o papel de acompanhar todo o trabalho e participar da condução das discussões na interlocução com a sociedade.

Mas a revisão do Plano Diretor envolve os diferentes segmentos sociais em um **processo participativo**.

Decreto nº  
376/2019 de 03 de  
setembro de 2019

criou o Grupo Intersetorial de Políticas Públicas para apoio à elaboração e acompanhamento da Revisão do Plano Diretor de Maricá;



### EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES | CRONOGRAMA

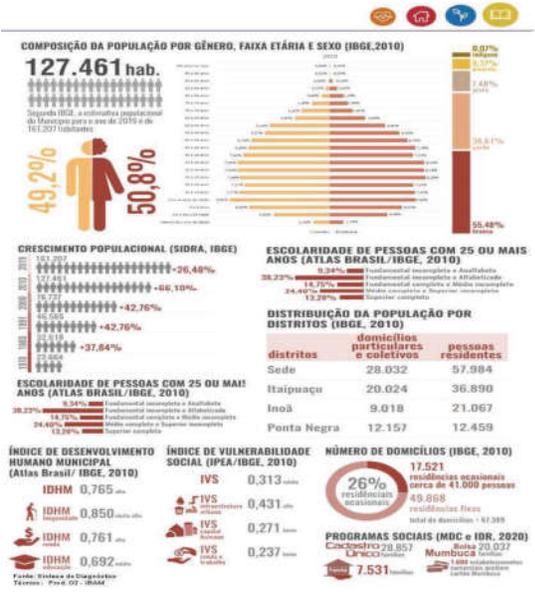
(Contrato de apoio IBAM - Inicial 12 meses + Aditamento de 9 meses = 21 meses)

	Organização do Trabalho	01	✓	Junho/2020
	Diagnóstico Técnico	02	✓	Fevereiro/2021
	Cenários de Desenvolvimento	03	✓	Junho/2021
	Estratégias	04	✓	Julho/ Agosto - 2021
	Elaboração do Anteprojeto de Lei	05	✓	Agosto/ Novembro 2021 (fim do contrato IBAM em 15/11/2021)





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE URBANISMO**



**TEMAS DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR**

Para facilitar a consulta e a leitura o documento **Diagnóstico Técnico** organiza-se pelos assuntos tratados no Plano Diretor em 3 grandes grupos:

Este **documento/produto** produzido foi consolidado através da leitura técnica, que se integrou com a visão dos próprios habitantes sobre a realidade em que vivem – que caracterizou também a leitura comunitária, cumprida sua participação no processo de revisão do Plano Diretor de Maricá.

Os **diagnósticos dos planos diretores** têm como objetivo reunir um grande conjunto de informações e análises sobre as dinâmicas que incidem no território municipal. Para tanto, reúne especialistas nos mais diversos campos do conhecimento, que se dedicaram sobre os estudos, informações e dados disponíveis sobre o Município. A percepção requerida se completa através do olhar de cada profissional, e o diálogo com os técnicos e lideranças locais, com os gestores e representantes políticos, e pela leitura e observação, em campo.

**Assuntos dominantes nas atividades participativas:**

- ✓ Prioridades
- Instalar infraestrutura - Saneamento básico
- Preservação dos Áreas Ambientais

De forma geral, pode-se dizer que dois assuntos tiveram maior destaque nas intervenções dos participantes: Saneamento Básico, muito especialmente a questão de acesso à água e esgotamento sanitário e preservação das áreas ambientais. A questão do saneamento também expressa um problema real da cidade atual, que impacta fortemente a vida de seus moradores. Já a outra das áreas prioritárias, que em grande medida se relaciona com o problema do saneamento, aponta para planejamento que a cidade e fomento a mobilidade sustentável e ser regulado por Maricá.

**TEMAS FOCAIS**

- HABITAÇÃO
- MOBILIDADE
- SANEAMENTO BÁSICO
- MIO AMBIENTE

**TEMAS TRANSVERSAIS**

- MUDANÇAS CLIMÁTICAS
- CLIMA URBANO, CONFORTO AMBIENTAL E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**TEMAS COMPLEMENTARES**

- PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PRAZERÍSTICO
- TURISMO
- PETRÓLEO E GÁS

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

Fonte: Diário de Notícias - Tempo - Foto: V. Lima



**2020 - SITE DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR**



**COMO POSSO SABER MAIS SOBRE O PLANO DIRETOR ?**

Está aberto o processo de revisão do Plano Diretor de Maricá!

Periodicamente, temos a oportunidade de rever essa lei, que organiza o desenvolvimento urbano do município. Rever o Plano Diretor significa avaliar a realidade atual e planejar o futuro da nossa cidade!

**QUÊ É ?**

**MENU LATERAL**

- 01 O QUE É ?
- 02 LEGISLAÇÃO ATUAL
- 03 CRONOGRAMA
- 04 DOCUMENTOS

Está aberto o processo de revisão do Plano Diretor de Maricá!

Periodicamente, temos a oportunidade de rever essa lei, que organiza o desenvolvimento urbano do município. Rever o Plano Diretor significa avaliar a realidade atual e planejar o futuro da nossa cidade!

Enquanto pendurarmos as necessárias medidas de distanciamento social para conter a propagação do novo coronavírus Covid-19, o processo de revisão do Plano Diretor utilizará ferramentas da internet para difundir informações e garantir a participação social nas discussões de diagnóstico e propostas.

Neste site você encontra informações para entender melhor o que é o Plano Diretor e como participar de sua revisão. Contribua com esse trabalho que busca preparar Maricá para a atual e futuras gerações.

**NOTÍCIAS SOBRE O PLANO DIRETOR**



**MOBILIZAÇÃO:**



POSTAGENS em Facebook, Twitter e Instagram.  
MENSAGENS & Notícias publicadas  
E-MAIL'S & Oficiados / Convites



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE URBANISMO



## Resumo: ATIVIDADES - Fase 1 - Diagnósticos

### FASE 1 – DIAGNÓSTICO TÉCNICO-COMUNITÁRIO

DATA	HORÁRIO	LOCAL/TEMA	DESCRIÇÃO ATIVIDADE	INSCRITOS	Participantes	TEMPO DURAÇÃO	Interação Chat	YouTube ao vivo Internet/canal	YouTube Visualizações totais	Data de coleta Visualizações	
15/12/2020	16h às 19h	Inoã	OFICINAS COMUNITÁRIAS DISTRITAIS	36	31	2h36min	6	11	211	Marc/21 (P.4)	
17/12/2020	16h às 19h	Distrto- Sede	OFICINAS COMUNITÁRIAS DISTRITAIS	136	47	3h13min	4	13	136	Marc/21 (P.4)	
12/01/2021	16h às 19h	Ponta Negra	OFICINAS COMUNITÁRIAS DISTRITAIS	79	53	3h07min	23	23	195	Marc/21 (P.4)	
14/01/2021	16h às 19h	Itaipuaçu	OFICINAS COMUNITÁRIAS DISTRITAIS	123	73	3h18min	18	12	166	Marc/21 (P.4)	
28/01/2021	18h às 22h	Audiência Pública 1	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS da ETAPA DIAGNÓSTICO	312	Zoom 200	122	4h08min	240	34+ / 22-	287	Marc/21 (P.4)
02/02/2021	18h às 22h	Audiência Pública 2	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS da ETAPA DIAGNÓSTICO		Youtube 112	120	4h25min	187	30+ / 17-	346	Marc/21 (P.4)
Total da				FASE 1	684	446	20h47min	478	123	1341	Marc/21 (P.4)



### ATIVIDADES REALIZADAS – 1º FASE

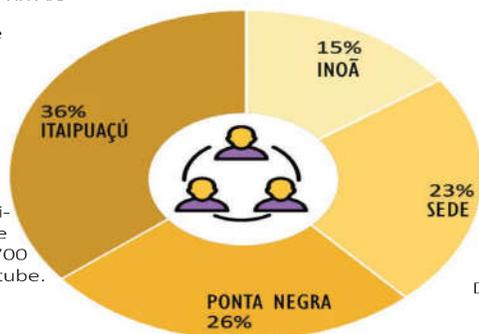
Diagnóstico Técnico Comunitário



#### OFICINAS DISTRITAIS

Percentual de Participação

Ao todo foram 374 inscrições e 204 participantes em 4 dias de reuniões, e mais de 700 visualizações no Youtube.



Duração Média  
03:00 Hrs

#### AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

2 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

242 PARTICIPANTES TOTAIS

DURAÇÃO MÉDIA  
04:16 Hrs

Mais de 600 visualizações no Youtube





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE URBANISMO



## Resumo: ATIVIDADES - Fase 2 - Cenários

### FASE 2 – CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

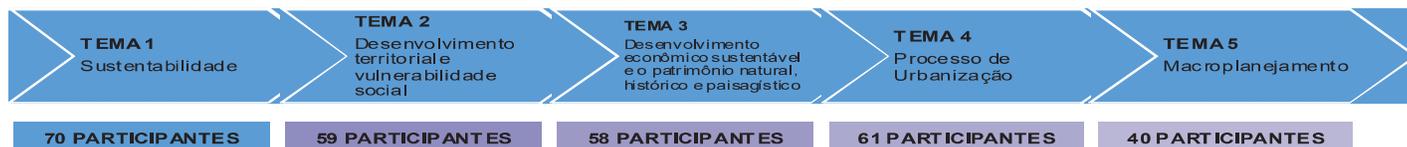
DATA	HORÁRIO	LOCAL / TEMA	DESCRIÇÃO ATIVIDADE	INSCRITOS	Participantes	TEMPO DURAÇÃO	Interação Chat	YouTube ao vivo Internet/ canal	YouTube Visualizações totais	Data de coleta visualizações
<b>1º Seminário Temático da Revisão do Plano Diretor: "CENÁRIOS para MARICÁ: Tendências, Riscos e Oportunidades"</b>										
03/05/2021	14h às 17h	Tema - 1	<b>OFICINAS TEMÁTICAS – OT</b> <b>OT1: A Sustentabilidade: os recursos hídricos e o saneamento ambiental</b>	99	70	3h05min	22	24	196	Jun/21 (P.6)
04/05/2021	14h às 17h	Tema - 2	<b>OT2: O desenvolvimento do território e a vulnerabilidade social: acesso às infraestruturas e serviços públicos</b>	91	59	2h51min	24	25	138	Jun/21 (P.6)
05/05/2021	14h às 17h	Tema - 3	<b>OT3: O desenvolvimento econômico sustentável e o patrimônio natural, histórico e cultural</b>	89	58	3h28min	68	20	153	Jun/21 (P.6)
06/05/2021	14h às 17h	Tema - 4	<b>OT4: O processo de urbanização: os padrões de uso e ocupação do solo e moradia</b>	98	61	3h13min	40	28	169	Jun/21 (P.6)
07/05/2021	14h às 17h	Tema - 5	<b>OT5: O macroplanejamento: a mobilidade urbana, a estrutura viária e a integração regional</b>	67	40	3h06min	11	17	113	Jun/21 (P.6)
17/06/2021	18h às 21h30	Audiência Pública 3	<b>AUDIÊNCIA PÚBLICA da ETAPA CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO</b>	171	Zoom 106 YouTube 65	3h15min	74	37 + / 20-	209	Jun/21 (P.6)
Totais da		FASE 2		615	369	18h58 min	239	151	978	Jun/21 (P.6)



### ATIVIDADES REALIZADAS – 2ª FASE Cenários de Desenvolvimento



#### OFICINAS TEMÁTICAS



70 PARTICIPANTES

59 PARTICIPANTES

58 PARTICIPANTES

61 PARTICIPANTES

40 PARTICIPANTES



**3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA**

81 PARTICIPANTES

03:15 Hrs de duração

209 visualizações no Youtube





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE URBANISMO**



**ATIVIDADES REALIZADAS – 3º FASE**

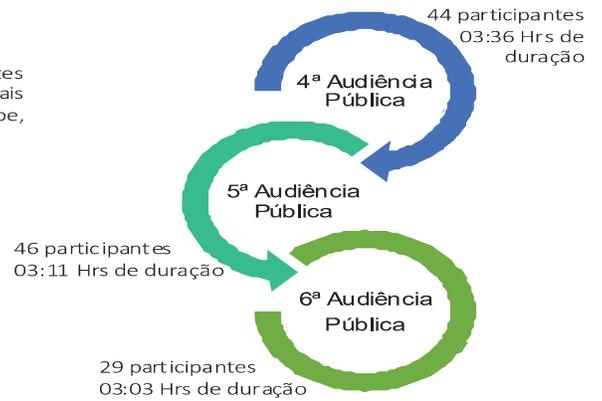
Estratégias de Desenvolvimento do Anteprojeto de Lei

**OFICINAS TEMÁTICAS**

- TEMA 1 – Saneamento Básico e Meio Ambiente**
- Tema 2 – Patrimônio e Turismo**
- Tema 3 – Padrões de Urbanização, moradia e instrumentos da Política Urbana**
- Tema 4 – Mobilidade e Uso do Solo**
- Tema 5 - Desenvolvimento Econômico**

Ao todo foram 157 participantes em 5 Oficinas Temáticas, e mais de 300 visualizações no Youtube, totalizando 11 Hrs de reuniões.

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**  
Estratégias de Desenvolvimento do Anteprojeto de Lei



**Resumo: Fase 3 – Estratégias - Audiências**



DATA	HORÁRIO	LOCAL/ TEMA	DESCRIÇÃO ATIVIDADE	INSCRITOS		Participantes	TEMPO DURAÇÃO	Interação Chat	YouTube ao vivo Intenet/ canal	YouTube Visualizações totais	Data de coleta visualizações
19 de Outubro 2021	18h à s 21h30	Audiência Pública 4	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS da ETAPA ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DO ANTE PROJETO DE LEI	61	Zoom : 45	44	3h36min	82	21	117	Fim out/21
					You Tube : 16						
20 de Outubro 2021	18h à s 21h30	Audiência Pública 5		50	Zoom : 36	46	3h11min	17	17	110	Fim out/21
					You Tube : 14						
21 de Outubro 2021	18h à s 21h30	Audiência Pública 6		78	Zoom : 59	29	3h03min	18	29	78	Fim out/21
					You Tube : 19						
<b>Totais da</b>			<b>FASE 3</b>	<b>189</b>		<b>119</b>	<b>9h.50.</b>	<b>117</b>	<b>67</b>	<b>305</b>	
<b>Totais consolidados até final de outubro. 2021.</b>				<b>1807</b>		<b>1.091</b>	<b>60.h31m.in.</b>	<b>1013</b>	<b>520</b>	<b>3.011</b>	







ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE URBANISMO



## PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR



### Estrutura - Texto

Título I **Da Política de Desenvolvimento Urbano Sustentável**

Título II **Diretrizes Temática**

Título III **Do Ordenamento do Território Municipal**

Título IV **Dos Instrumentos da Política de Desenvolvimento Urbano Sustentável**

Título V **Do Sistema de Planejamento e Gestão Territorial e Urbana**

Título VI **Disposições Finais**



## PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR



### Estrutura - Anexos

Anexo I: **Glossário**

Anexo II: **Mapas**

Anexo III: **Relação de Áreas Especiais de Interesse Social**

Anexo IV: **Relação de Bens de Interesse Histórico, Cultural e Paisagístico**

Anexo V: **Relação de Vias Estruturais, Arteriais e Coletoras**

Anexo VI: **Relação de Ações Recomendadas para Implementação do Plano Diretor**





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE URBANISMO



## PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR



### Da Política de Desenvolvimento Urbano Sustentável

#### Princípios:

- ✓ O direito à cidade sustentável;
- ✓ A função social da cidade;
- ✓ A função social da propriedade urbana;
- ✓ A inclusão territorial;
- ✓ A gestão democrática da cidade.



## PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR



### Da Política de Desenvolvimento Urbano Sustentável

#### Marcos Estratégicos:

- ✓ O saneamento básico como questão absolutamente central para a qualidade de vida e para qualquer projeto de desenvolvimento de Maricá;
- ✓ O meio ambiente como tema transversal das políticas públicas e a preservação dos ativos ambientais, culturais e paisagísticos como prioridade de Maricá, seja para valorização das singularidades do município, seja para garantia das melhores condições de adaptação às mudanças climáticas;
- ✓ A qualificação urbana ambiental como condição para que a cidade seja suporte de um ambiente de negócios que favoreça a diversificação da econômica e a geração de empregos;
- ✓ Respostas múltiplas às demandas habitacionais, considerando, inclusive, a inserção metropolitana de Maricá;
- ✓ Integração intraurbana a partir de um sistema viário hierarquizado, transporte público eficiente, incentivo à mobilidade urbana ativa e promoção da acessibilidade universal;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE URBANISMO



## PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR



### Diretrizes Temáticas

- ✓ Meio ambiente;
- ✓ Saneamento básico;
- ✓ Clima urbano, energia e enfrentamento das mudanças climáticas;
- ✓ Mobilidade;
- ✓ Habitação de interesse social;
- ✓ Proteção do patrimônio histórico e cultural;
- ✓ Turismo;
- ✓ Desenvolvimento econômico.



## PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR



### Ordenamento do Território Municipal

- ✓ Macrozoneamento;
- ✓ Sistema Municipal de Mananciais e Recursos Hídricos;
- ✓ Sistema de Áreas Verdes e Espaços Públicos;
- ✓ Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico
- ✓ Sistema Viário;
- ✓ Regulamentação do parcelamento, uso e ocupação do solo urbano.

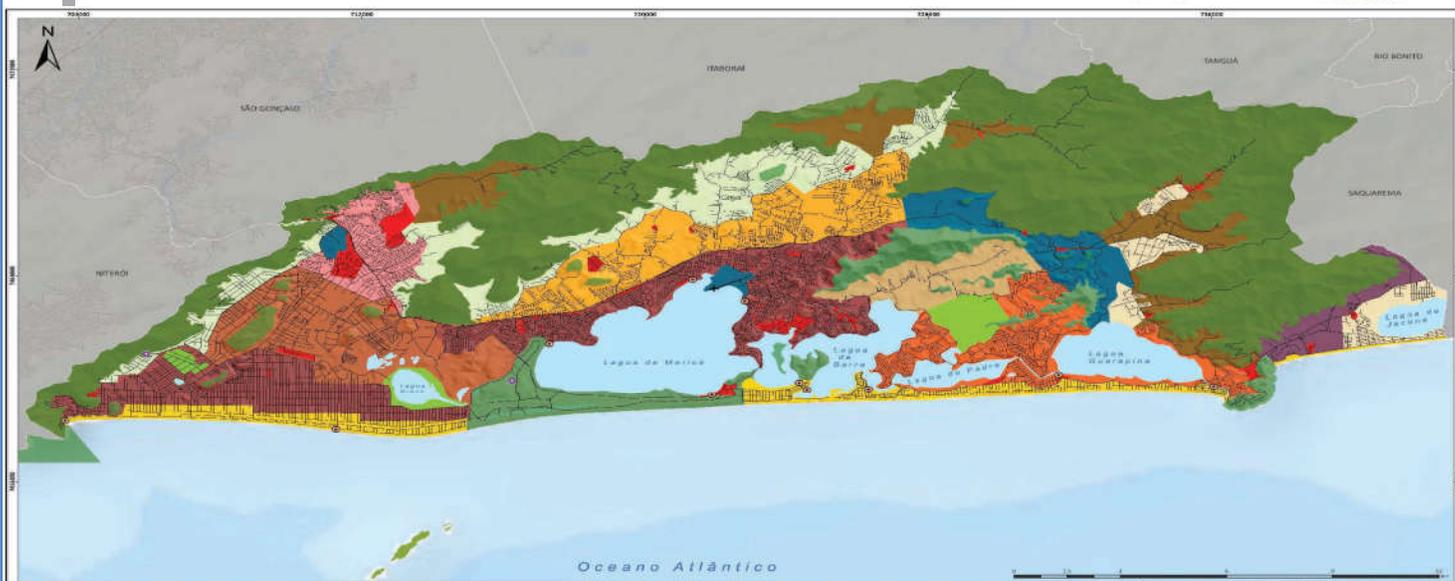




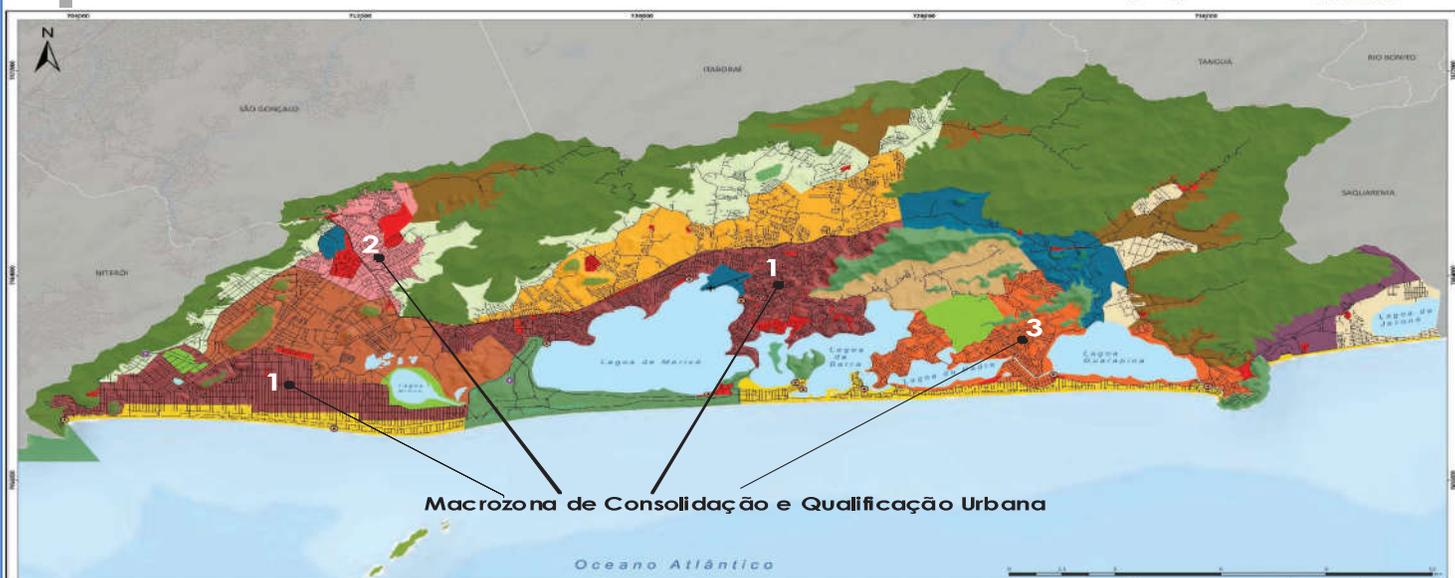
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE URBANISMO



### MACROZONEAMENTO



### MACROZONEAMENTO



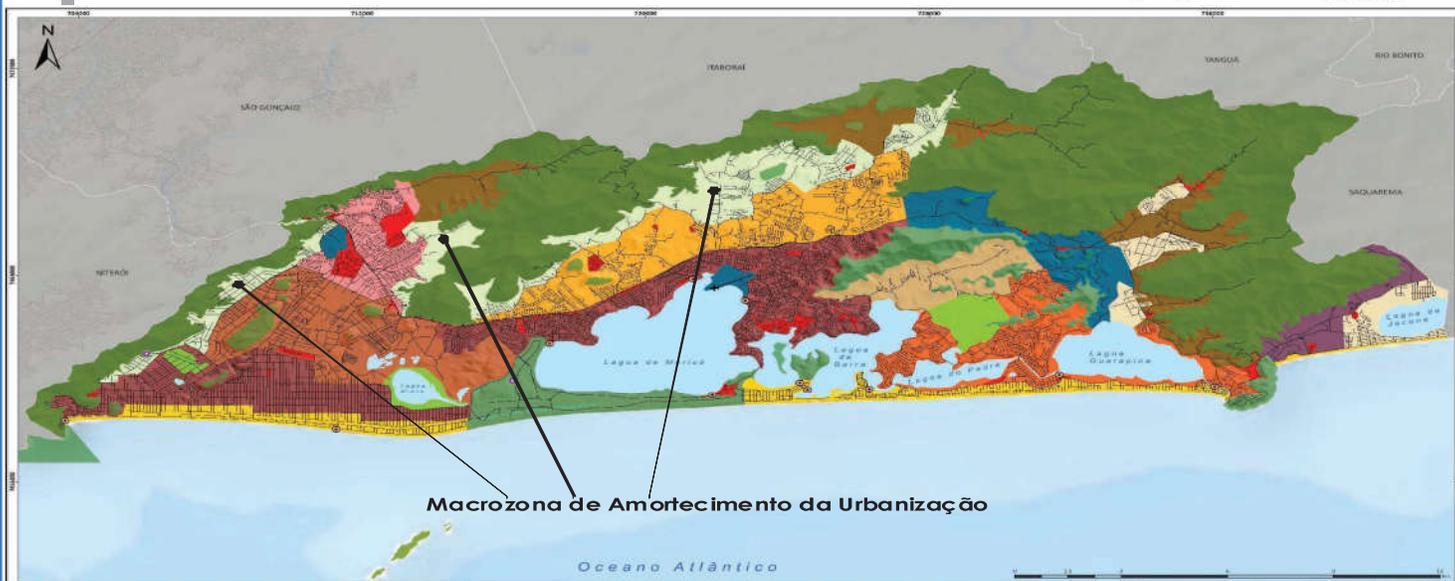




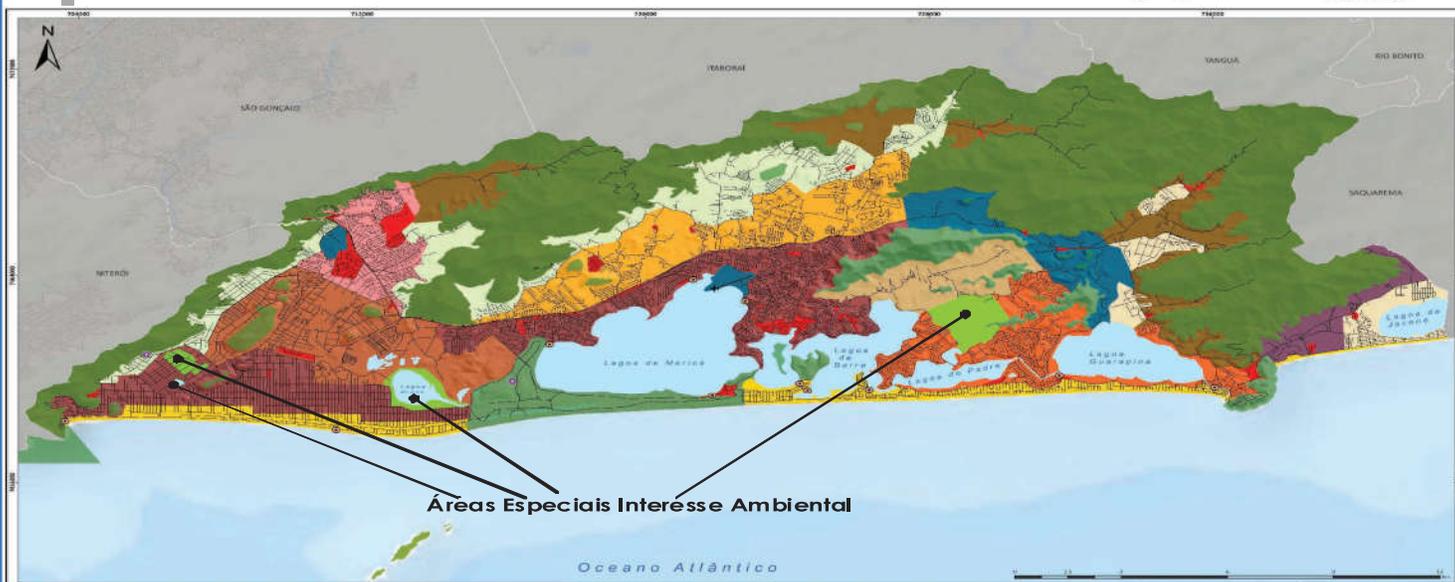
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE URBANISMO



## MACROZONEAMENTO



## MACROZONEAMENTO

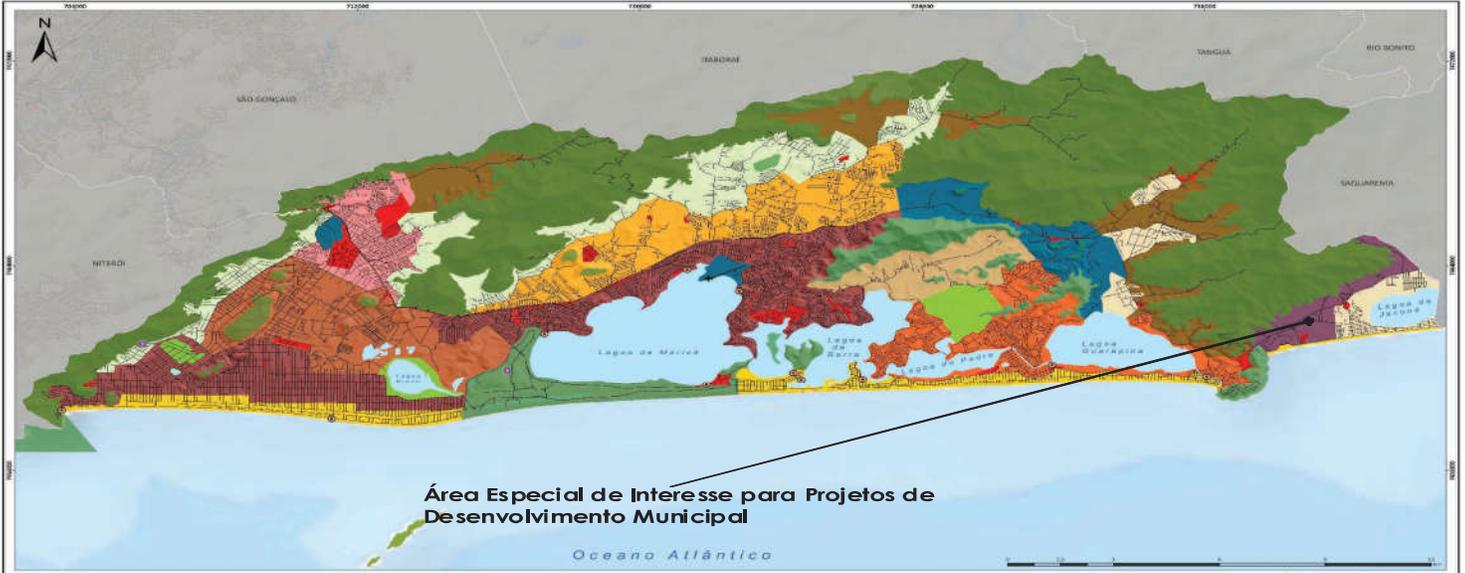




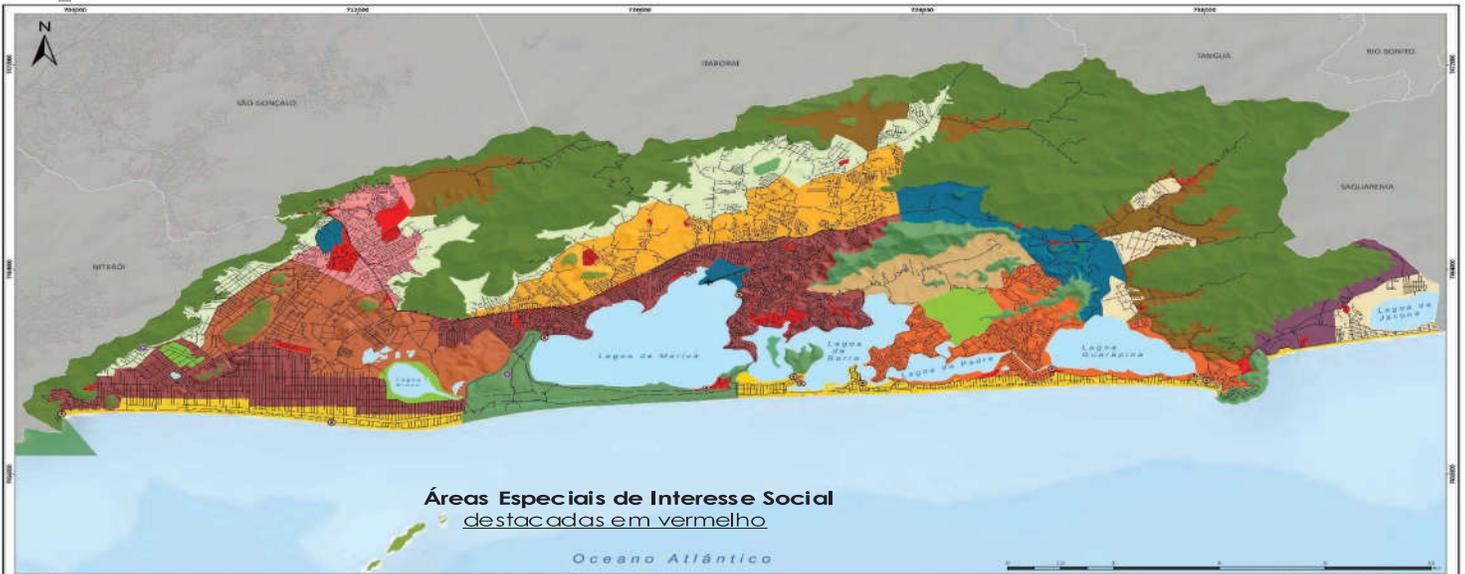
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE URBANISMO



### MACROZONEAMENTO



### ÁREAS ESPECIAIS



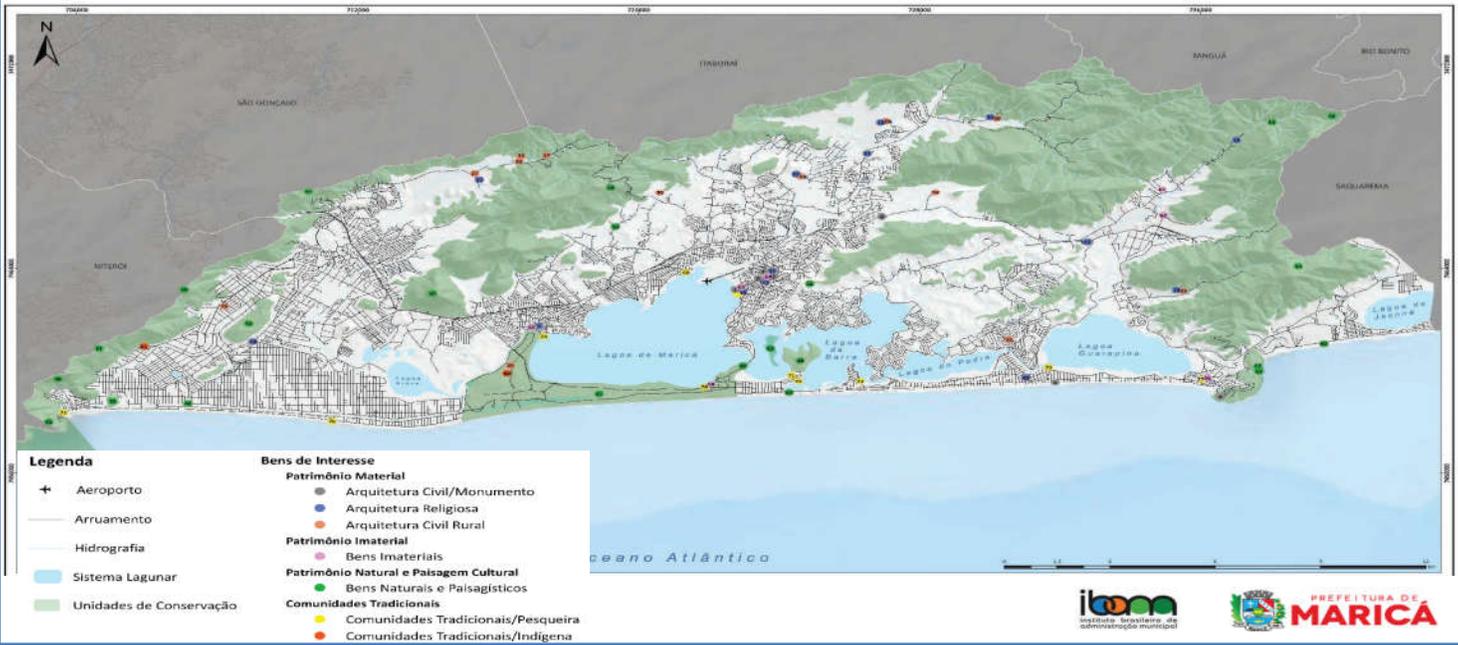




ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
 SECRETARIA DE URBANISMO



### PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO



### SISTEMA VIÁRIO





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE URBANISMO



## PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR



### Instrumentos da Política de Desenvolvimento Urbano Sustentável Aplicação Prioritária

- ✓ Outorga Onerosa do Direito de Construir;
- ✓ Estudo de Impacto de Vizinhança;
- ✓ Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios;
- ✓ IPTU Progressivo no Tempo.



## PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR



### Instrumentos da Política de Desenvolvimento Urbano Sustentável Outros Instrumentos

- ✓ Direito de Preempção;
- ✓ Transferência do Direito de Construir;
- ✓ Operações Urbanas Consorciadas;
- ✓ Instrumentos para promoção da regularidade urbanística.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE URBANISMO



## PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR



### Sistema de Planejamento e Gestão Territorial e Urbana

- ✓ O Sistema Municipal de Informações Urbanas e Territoriais;
- ✓ A Conferência Municipal da Cidade para acompanhamento do Plano Diretor;
- ✓ O Conselho Municipal da Cidade - ConCidade;
- ✓ Os diferentes Conselhos Municipais, sempre que se fizer necessária a validação de proposições em seu campo temático;
- ✓ As Secretarias municipais responsáveis pelo planejamento urbano, gestão urbana, planejamento orçamentário e financeiro, meio ambiente e infraestruturas;
- ✓ A Procuradoria do Município;
- ✓ O Poder Legislativo Municipal.



## PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR



### Sistema de Planejamento e Gestão Territorial e Urbana

- ✓ Articulação das ações de planejamento urbano, gestão territorial e de implantação do Plano Diretor executadas pelas diversas instâncias e órgãos municipais
  - ✓ Relatório de Acompanhamento do Plano Diretor
- ↓
- ✓ Conferência Municipal da Cidade para Acompanhamento do Plano Diretor
  - ✓ Conselho Municipal da Cidade (CONCIDADE)





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE URBANISMO



PROJETO DE LEI  
DO PLANO DIRETOR



### Disposições Finais

- ✓ Elaboração de Planos Setoriais;
- ✓ Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.



PROJETO DE LEI  
DO PLANO DIRETOR



### Ações Recomendadas para Implementação do Plano Diretor (Anexo VI)

- ✓ Instrumentos de Planejamento
  - ✓ Estrutura de Organização e Gestão
  - ✓ Organização de Informações para a Gestão
  - ✓ Programas e Projetos
  - ✓ Intervenções Urbanas
- ↓
- ✓ Plano de Ação (atualizado bianualmente)



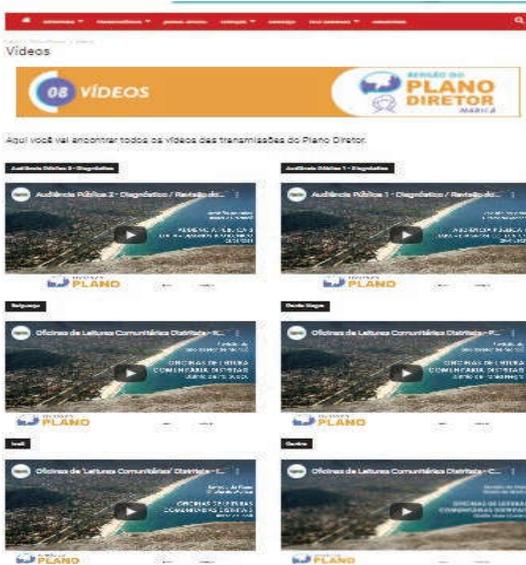


ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE URBANISMO



## ACESSO AOS VIDEOS – TRANSMISSÕES

<https://www.marica.rj.gov.br/plano-diretor/videos/>



Na impossibilidade do participante ter realizado as inscrições prévias no site e receber o link por e-mail para assistir pela plataforma Zoom.

As AUDIÊNCIAS e OFICINAS podem ser assistidas pela plataforma do “Youtube” com acesso livre à transmissão através de link no site.

Ou direto pelo youtube, no link para o canal do IBAM:

<https://www.youtube.com/user/canalibam>

Nestes foi possível enviar contribuições e questionamentos



## ANDAMENTO DO PROCESSO E CONTRIBUIÇÕES

[www.marica.rj.gov.br/plano-diretor/](http://www.marica.rj.gov.br/plano-diretor/)



PREFEITURA DE  
**MARICÁ**